

Nova Constituição pode ficar para 88

JOSÉ FONSECA FILHO

A Assembleia Nacional Constituinte completa dois meses com uma certeza: não conseguirá cumprir os prazos fixados para a elaboração de novo texto constitucional, e a data desejada para a promulgação, 15 de novembro, está praticamente afastada, devido ao ritmo lento dos trabalhos e aos confrontos partidários. E uma constatação: as questões conjunturais, deflagradas pela crise econômica, superaram até agora o debate preliminar dos temas referentes ao Estado e sua organização. Paralelamente, a duração do mandato do presidente Sarney tem preocupado mais os constituintes do que a fixação permanente do mandato do presidente da República, uma atribuição específica da Assembleia.

Os dois partidos do governo, o PMDB e o PFL, estão rompidos em função da aprovação do Regimento e da eleição da mesa da Constituinte, e o trabalho mais importante, das comissões temáticas, será realizado apenas de manhã, de acordo com o calendário de atividades aprovado. As tardes ficarão para debates em plenário, onde se prevê mais uma vez a secundarização dos assuntos do Estado diante da conjuntura política e econômica do País, cujos debates não estão sendo totalmente absorvidos nas sessões da Câmara e do Senado. Este foi o primeiro problema

enfrentado pelos constituintes: o funcionamento simultâneo das duas Casas do Legislativo, afinal acordada a despeito da oposição dos grupos radicais do PMDB. A situação evoluiu rapidamente para uma pálide tentativa de implantação do unicameralismo, mas os senadores reagiram, regulamentando antes seus trabalhos e elegendo a Mesa.

Em praticamente nada os partidos políticos concordaram até agora. Os prazos estabelecidos pelas normas provisórias não foram cumpridos e o regimento definitivo foi aprovado no dia 24, com mais de um mês de atraso, em razão das disputas entre o PMDB e o PFL em torno do parágrafo 7º do artigo 59, que tratava da questão da soberania. O líder do PFL, José Lourenço, chegou a retirar a bancada do plenário e sugerir a elaboração de uma Constituição paralela.

A Constituinte começou seus

trabalhos sob o signo da discórdia e de polêmico revanchismo. Discutiu-se no início se deveria ser exclusiva ou não, se os senadores eleitos em 82 poderiam participar e se teria poderes para alterar a Constituição vigente. Começou a disputa entre progressistas e conservadores, notabilizou-se um grupo intransigente apelidado de "xixitas" e o Palácio do Planalto criou a figura do líder do governo, para participar diretamente dos debates e apresentar seus pareceres. O líder Carlos Sant'Anna foi marginalizado e eleito o líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, que viria posteriormente também a sofrer desgastes com a eleição do líder da Constituinte, senador Mário Covas. A partir daí começou o declínio da influência do PFL e o enfraquecimento do presidente Ulysses Guimarães, cuja indicação para a presidência da Constituinte e da Câmara já provocara antes sérias discussões.

PFL, José Lourenço, teve seu prestígio reduzido.

Na prática, os trabalhos constituintes ainda estão semelhantes aos do Congresso ordinário, com grande número de ausências nas sessões, quando a maioria dos parlamentares viaja para seus Estados. As sessões são iniciadas muitas vezes sem o quórum mínimo de 94 presentes e os constituintes se queixam da perseguição da imprensa ao registrar o plenário vazio e a lentidão no cumprimento das etapas.

Enquanto isso, os prazos vão-se esgotando, e o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) apresentou projeto de resolução ampliando todos eles com base na impossibilidade do cumprimento e considerando a promulgação a 15 de novembro como um simples "fetiche", quando o mais importante "é fazer uma boa Constituição sem pressões de tempo". O calendário da Constituinte prevê até 5 de junho o prazo para as comissões temáticas enviarem suas propostas à Comissão de Sistematização, que até 5 de julho deve apresentar à Mesa o projeto da Constituição, a ser submetido então ao plenário. O prazo previsto para o encerramento dos trabalhos a partir da constituição das comissões temáticas, ocorrida ontem, é de cerca de 230 dias úteis. Mas, na opinião da maioria dos constituintes, estes prazos dificilmente serão cumpridos. (Brasília - Ag. Estado)



"Ulysses assassinou o PMDB"

"O PMDB foi assassinado e o assassino é Ulysses Guimarães", disse ontem o deputado Francisco Pinto (BA), dirigindo-se ao presidente nacional do partido, durante reunião reservada da Comissão Executiva Nacional do PMDB.

Aos jornalistas, antes de entrar na sala de reunião, o ministro Dante de Oliveira rejeitou a tese da direção do PFL, de que o mandato do presidente Sarney está definido na Constituição vigente - seis anos. Disse ele: "Mandato de seis anos é golpe, é desrespeitar os compromissos assumidos pela Aliança Democrática nas praças públicas".

A reunião foi convocada para aprovar documento de apoio à decretação da moratória e ao desempenho de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda - "que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida".

Apesar da ameaça de recessão, do aumento do desemprego, da alta taxa de juros, da série de greves nas mais diversas categorias, em vários pontos do País, e das críticas da classe média ao Imposto de Renda, a direção nacional do PMDB não examinou a crise sócio-econômica interna. O partido decidiu aguardar a expectativa do ministro da Fazenda, amanhã, perante a bancada do PMDB, para depois se pronunciar. No entender da maioria dos presentes foi uma derrota de Funaro, a quem Ulysses Guimarães queria, de todas as formas, homenagear.

O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, membro do Diretório Nacional, compareceu à reunião para sugerir a realização de plebiscito interno, nos diretórios municipais, regionais e nacional do partido, sobre a duração do mandato do presidente Sarney. "Estou trazendo, disse ele, a preocupação do próprio presidente da República."

A questão do mandato de Sarney foi também abordada em longo documento (20 laudas) encaminhado a Ulysses Guimarães pelo senador gaúcho José Fogaça, com o apoio, segundo ele, de Afonso Camargo, Francisco Pinto e Milton Reis. O documento propõe o exame da duração do mandato do atual presidente e de outras questões fundamentais, como parlamentarismo e presidencialismo, manutenção da Aliança Democrática e a crise econômica decruzada.

A proposta é no sentido de o PMDB reunir, debater, definir e avançar em questões políticas, sociais e econômicas. "O PMDB precisa deixar de só fazer política para ter uma política", diz o documento.

As sugestões do ministro Dante de Oliveira e do senador José Fogaça serão examinadas oportunamente,

talvez na próxima reunião da Executiva, a ser marcada por Ulysses Guimarães.

O presidente do PMDB levou à reunião de ontem documento já elaborado, de quase seis laudas, de apoio à decisão de Sarney de decretar a moratória dos encargos da dívida externa.

Nos debates, o deputado Francisco Pinto fez veementes críticas ao partido, condenando sua inércia e reclamando da democracia interna. Ele lembrou que no regime militar o PMDB teve a coragem de lutar, mas com o surgimento da Nova República "parou e estacionou".

Segundo Francisco Pinto, sob o comando de Ulysses Guimarães o partido recentemente condenou greves, esquecendo suas lutas antigas. Crítico a forma de o PMDB apoiar o governo, notadamente a política econômica, sem nada questionar. "Nem medidas burocráticas, como a simples prestação mensal de contas do partido, estão sendo feitas, num desrespeito aos nossos estatutos", disse ele.

Ulysses Guimarães, depois de ter sido responsabilizado pelo "assassinato" do PMDB, não se perturbou. Respondeu às críticas observando que, mesmo sendo como Francisco Pinto falou, o PMDB tem crescido a cada eleição, possuindo, hoje, a maioria absoluta da Assembleia e 22 dos 23 governadores.

Apesar de numerosas entrevistas, o senador Afonso Camargo não defendeu o rompimento do partido com o governo. Falou muito pouco de sua tese, de o partido definir se é governo ou se voltaria às ruas para fazer oposição. O senador paranaense, que é 3º vice-presidente do PMDB, apoiou a proposta apresentada por José Fogaça.

O Fogaça, no documento, afirmou que "sair do governo e passar para a oposição seria não mais do que uma opção individual, egoísta, pequena e oportunista, apenas para salvar a própria pele, deixando que o país se dane".

Ele acha também que o PMDB "é o governo", acrescentando: "A crise econômica é problema nosso, a moratória, as elevadas taxas de juros, as greves, a inflação, os salários e os preços, a preservação da democracia - tudo que aí está é problema nosso".

A Comissão Executiva do PMDB não tomou nenhuma decisão a respeito da situação dos dois vice-presidentes que assumiram cargos de governador - Pedro Simon (RS) e Miguel Arraes (PE). O partido vai aguardar a resposta do TSE à consulta feita pelo deputado Jorge Uequed sobre o assunto.

Fiamarion Mossri



Ulysses leva à reunião documento já pronto de apoio

Executiva culpa o passado pela crise

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Em nota oficial, a Comissão Executiva Nacional do PMDB afirmou, ontem, que "não há como questionar a condução das negociações da dívida externa, em particular o trabalho do ministro Dilson Funaro, que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida".

Para o PMDB, os problemas atuais foram provocados, em grande parte, por heranças de governos anteriores e manobras externas, com o objetivo de obrigar o Brasil a ceder mais uma vez aos interesses das comunidades financeiras internacionais (essa expressão substituiu outra, "potências centrais").

Quase 40 dias depois da decretação da moratória, a nota do PMDB diz que o partido respaldou, "desde o início, a decisão do presidente Sarney e do ministro Funaro, de decretar a moratória, e reitera todo o apoio político para que eles levem o processo às últimas consequências".

Foi o último do texto original um parágrafo no qual o PMDB se declarava "na expectativa da formulação de um projeto econômico que significasse a independência real do País". Todavia, a ausência de um desdobramento lógico para a moratória, ao lado de notícias contraditórias sobre o sentido "verdadeiro" dessa decisão, colocam o partido diante da necessidade de forencer todo

"Pela frente, dois caminhos"

Estes são os principais trechos da nota oficial da Comissão Executiva Nacional do PMDB, divulgada ontem

"Nos últimos dois anos - desde que o presidente Sarney assumiu o governo - ocorreu substancial mudança nas relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional. Em 1985 e 1986, o Brasil acumulou saldos comerciais que somaram US\$ 21,9 bilhões, graças, sobretudo, à redução das importações. Nesse mesmo período, a transferência de recursos para o Exterior subiu a US\$ 24,1 bilhões e o ingresso líquido de novos capitais foi negativo: menos US\$ 1,4 bilhão."

"Traçamos um paralelo com o que aconteceu no final do regime militar, no biênio 1983/84. O saldo comercial de então foi de US\$ 19,6 bilhões, mas houve ingresso líquido de capitais estrangeiros, principalmente sob a forma de novos empréstimos, no montante de US\$ 12,9 bilhões. Desta forma, em 1983/84, o Brasil transferiu para o Exterior US\$ 9,8 bilhões, enquanto em 85/86 teve que transferir US\$ 24,1 bilhões, que representa um aumento de 145,9%. A drenagem de recursos elevou-se a mais de 5% do PIB, um nível jamais visto no relacionamento internacional, pois representa mais do que o dobro de porcentagem que a Alemanha foi condenada a transferir entre 1925 e 1932, por conta das reparações, depois da Primeira Guerra Mundial."

"Não há como questionar, portanto, a firme condição das negociações relativas à dívida externa e, em particular, o trabalho do ministro Dilson Funaro, que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida. Os problemas atuais foram provocados, em grande parte, por manobras externas, com o objetivo de obrigar o Brasil a ceder mais uma vez aos interesses das comunidades financeiras internacionais."

"No momento em que se instala o governo de transição democrática, desencadearam-se as pressões, como prova as estatísticas. Nosso partido sempre teve a clara consciência de que a dívida externa, nos termos em que foi colocada para os países do terceiro mundo, configurava uma nova forma de dominação."

"Através da dívida, as nações industrializadas passaram a controlar o processo de desenvolvimento dos devedores, ao impor unilateralmente as taxas de juros. Assim, as nações ricas transferiram as consequências da inflação que sofriram para as nações pobres. Por meio da dívida, se chegou ao aviltamento das relações de troca, pois os devedores foram obrigados a exportar cada vez mais para saldar compromissos sempre crescentes."

"A visão do PMDB sobre o problema foi inicialmente exposta por seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, no discurso 'Travessia', em agosto de 1983. Nele, ao discutir o caminho da submissão ao FMI, o presidente Ulysses Guimarães afirmava que, em nome dos interesses do País, o governo deveria decretar a moratória. Depois de lembrar que os credores subiram as taxas de juros de 6% para 21% unilateralmente, o presidente do PMDB insistia em que 'cabe ao País, agora, também unilateralmente, dizer aos credores quais as condições que possibilitam o pagamento da dívida sem prejuízos irreparáveis

OAB defende quatro anos para presidente

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann de Assis Baeta, que deixa hoje a presidência do Conselho Federal, defendeu um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e qualificou como "heresia jurídica" a tese do "direito adquirido" defendida pelo ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, para assegurar um mandato de seis anos a Sarney. Já o advogado Márcio Thomaz Bastos, vice-presidente do Conselho Federal da OAB e seu provável presidente a partir de hoje, afirma que a Assembleia Nacional Constituinte deveria ter mantido a soberania e vê com preocupação a possibilidade da futura Constituição ser conservadora.

Hermann Baeta disse que o mandato presidencial deve ser discutido no capítulo das disposições transitórias da Constituição e considerou satisfatória a data de 15 de novembro de 1988 para a realização de eleições diretas para a Presidência da República. Abordando a mesma questão, Thomaz Bastos acha importante que os constituintes recebam a "alimentação e a pressão" da sociedade civil para que "os interesses reformadores sejam superiores aos interesses conservadores".

Ao definir sua linha política e ideológica, Thomaz Bastos disse que se pautava na própria Constituição ideal que, segundo ele, deve ter con-

O PFL ganha nove cargos; PDS só um

O PMDB ficará com os nove cargos de relator das oito Comissões Constitucionais temáticas e da Comissão de Sistematização, cabendo ao PFL, segundo maior partido da Constituinte, ocupar oito presidências e uma vice-presidência (onde a presidência caberá ao PDS). O acordo foi feito, depois das 19h30, pelos líderes para permitir a instalação das comissões temáticas hoje, entre 9 e 17 horas, com intervalo para o almoço.

As negociações para a ocupação das 24 subcomissões em que serão divididas as oito comissões temáticas, continuarão hoje, já que elas somente serão instaladas amanhã (a Comissão de Sistematização, definida em parte, será instalada, na quinta-feira). Pelo acordo dos líderes o PFL ficará ainda com quatro presidências, onze vice-presidências e cinco relatorias nas subcomissões temáticas.

O PFL ficou com as seguintes presidências: Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; Deputado Mário Assad (MG); Comissão da Organização do Estado; Deputado José Thomas Nono (AL); Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições: Vice-Presidência: Saulo Queiroz (MS); Comissão do Sistema Tributário, Orçamentário e Finanças: Deputado Francisco Dornelles, ex-ministro da Fazenda;

Comissão de Ordem Econômica: Deputado José Lins (CE); Comissão de Ordem Social: Senador Marcondes Gadelha; e Comissão de Sistematização: Senador Afonso Arinos.

Na composição da Comissão de Sistematização, além da presidência para o PFL, ficou acertado que o PMDB terá direito à 1ª vice-presidência, cabendo a 2ª vice-presidência ao PDT. O cargo de relator caberá também ao PMDB, sendo disputado entre os deputados Bernardo Cabral e Fimanta da Veiga e o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do partido no Senado. Até ontem à noite, o PMDB não havia acertado os nomes dos constituintes que vão ocupar os cargos destinados ao partido.

LIMITE DE TERRAS

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, entregou ontem à Executiva do PMDB documento elaborado por técnicos do seu Ministério e do Inara propondo que na nova Constituição seja baseada a área máxima apropriável por uma pessoa tanto no que se refere à propriedade privada quanto à alienação ou concessão de terras públicas rurais. Embora a área não esteja fixada no documento, o ministro adiantou que técnicos do Inara/Inra estão defendendo este limite em 60 módulos regionais.

Executiva culpa o passado pela crise

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Em nota oficial, a Comissão Executiva Nacional do PMDB afirmou, ontem, que "não há como questionar a condução das negociações da dívida externa, em particular o trabalho do ministro Dilson Funaro, que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida".

Para o PMDB, os problemas atuais foram provocados, em grande parte, por heranças de governos anteriores e manobras externas, com o objetivo de obrigar o Brasil a ceder mais uma vez aos interesses das comunidades financeiras internacionais (essa expressão substituiu outra, "potências centrais").

Quase 40 dias depois da decretação da moratória, a nota do PMDB diz que o partido respaldou, "desde o início, a decisão do presidente Sarney e do ministro Funaro, de decretar a moratória, e reitera todo o apoio político para que eles levem o processo às últimas consequências".

Foi o último do texto original um parágrafo no qual o PMDB se declarava "na expectativa da formulação de um projeto econômico que significasse a independência real do País". Todavia, a ausência de um desdobramento lógico para a moratória, ao lado de notícias contraditórias sobre o sentido "verdadeiro" dessa decisão, colocam o partido diante da necessidade de forencer todo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Em nota oficial, a Comissão Executiva Nacional do PMDB afirmou, ontem, que "não há como questionar a condução das negociações da dívida externa, em particular o trabalho do ministro Dilson Funaro, que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida".

Para o PMDB, os problemas atuais foram provocados, em grande parte, por heranças de governos anteriores e manobras externas, com o objetivo de obrigar o Brasil a ceder mais uma vez aos interesses das comunidades financeiras internacionais (essa expressão substituiu outra, "potências centrais").

Quase 40 dias depois da decretação da moratória, a nota do PMDB diz que o partido respaldou, "desde o início, a decisão do presidente Sarney e do ministro Funaro, de decretar a moratória, e reitera todo o apoio político para que eles levem o processo às últimas consequências".

Foi o último do texto original um parágrafo no qual o PMDB se declarava "na expectativa da formulação de um projeto econômico que significasse a independência real do País". Todavia, a ausência de um desdobramento lógico para a moratória, ao lado de notícias contraditórias sobre o sentido "verdadeiro" dessa decisão, colocam o partido diante da necessidade de forencer todo

Bahia quer ter outro Ministério

O PMDB da Bahia pretende reivindicar, por intermédio do governador Waldir Pires, mais um Ministério. Hoje, na residência do deputado Marcelo Cordeiro, 1º secretário da Mesa da Assembleia Constituinte, a bancada do PMDB baiano discutirá o assunto, mostrando porque precisa de representação maior.

Em 1985 o PMDB baiano, com 14 deputados federais, tinha dois ministros - Carlos Sant'Anna, da Saúde, e Waldir Pires, da Previdência, e a presidência do Conselho Nacional de Pesca. Agora, com 22 deputados, três senadores e o governador, o partido está somente com um Ministério - o da Saúde (Roberto Santos).

"O partido cresceu, mas perdeu representatividade no governo" - disse Marcelo Cordeiro.

OAB defende quatro anos para presidente

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann de Assis Baeta, que deixa hoje a presidência do Conselho Federal, defendeu um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e qualificou como "heresia jurídica" a tese do "direito adquirido" defendida pelo ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, para assegurar um mandato de seis anos a Sarney. Já o advogado Márcio Thomaz Bastos, vice-presidente do Conselho Federal da OAB e seu provável presidente a partir de hoje, afirma que a Assembleia Nacional Constituinte deveria ter mantido a soberania e vê com preocupação a possibilidade da futura Constituição ser conservadora.

Hermann Baeta disse que o mandato presidencial deve ser discutido no capítulo das disposições transitórias da Constituição e considerou satisfatória a data de 15 de novembro de 1988 para a realização de eleições diretas para a Presidência da República. Abordando a mesma questão, Thomaz Bastos acha importante que os constituintes recebam a "alimentação e a pressão" da sociedade civil para que "os interesses reformadores sejam superiores aos interesses conservadores".

Ao definir sua linha política e ideológica, Thomaz Bastos disse que se pautava na própria Constituição ideal que, segundo ele, deve ter con-

Liberais vão jantar com Sarney dia 7

O presidente José Sarney oferecerá um jantar de 280 talheres, às 20h30 do dia 7, às bancadas do PFL no Senado e na Câmara, todos os membros da comissão executiva e ministros de Estado. A data e horário foram confirmados ontem pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, explicando que o jantar será igual ao que já foi oferecido ao PMDB no dia 30 de março.

"Trata-se de um esforço para ampliar a sua base no Congresso", afirmou o porta-voz. O jantar será no Palácio do Alvorada, onde já se reuniram também em volta da mesa do presidente da República todos os governadores, num esforço que o presidente define como forma de manter aberto o canal de diálogo entre os políticos e o Executivo.